



Evento: XXIII Jornada de Extensão

RECONSTRUINDO VIVÊNCIAS COM UM GRUPO REFLEXIVO DE HOMENS¹

REBUILDING EXPERIENCES WITH A REFLECTIVE GROUP OF MEN

Julia Ceconi Mayer², Elisângela Maria Almeida dos Santos³, Andrea Fricke Duarte⁴

¹ Projeto de pesquisa desenvolvido na URI; trabalho da disciplina de Estágio Ênfase AIII do curso de Psicologia.

² Acadêmica do 9º semestre curso de psicologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI Campus de Santo Ângelo.

³ Supervisora local da prática de estágio, psicóloga da Secretaria Municipal de Promoção Humana.

⁴ Professora Supervisora, Doutora em psicologia Social e Institucional, docente do curso de psicologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI Campus de Santo Ângelo.

INTRODUÇÃO

O Estágio da Ênfase AIII do curso de Psicologia da URI (Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões) se trata de um trabalho de práticas sociais e institucionais, sendo realizado em um anexo no Fórum, referente ao serviço de Assistência Social presente na Secretaria de Promoção Humana de Giruá – RS. Através da supervisão acadêmica e local, participou do Projeto de Violência da URI, o grupo reflexivo de gênero para homens agressores.

Tratam-se de casos de violência contra a mulher, que se configuram na Lei Maria da Penha, os quais são encaminhados para o poder judiciário. Em seguida, os autores de violência cumprem a determinação judicial de participar do grupo reflexivo, cujo objetivo é restabelecer o autor do crime na sociedade.

A violência de gênero é um fenômeno social complexo e multifacetado que requer a ação articulada de diferentes áreas: saúde, educação, justiça, segurança, assistência social, cultura, etc. O acompanhamento dos agressores constitui parte das ações de enfrentamento à violência contra as mulheres, na medida em que (...) contribui para a responsabilização dos homens pela violência cometida e para a desconstrução de estereótipos de gênero e de padrões hegemônicos de masculinidade. (BRASIL; 2008, p. 67).

O grupo em questão é previsto pela Lei Maria da Penha como uma política de enfrentamento a violência contra mulheres, proposto pela Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres – um problema grave de saúde pública no Brasil. (BEIRAS;



NASCIMENTO; INCROCCI, 2019).

O Governo Federal lançou em 2008 um documento que apresenta diretrizes para este trabalho com homens agressores, como uma proposta à luz da Lei Maria da Penha. Sendo assim, se trata de um serviço obrigatório e pedagógico e não possui caráter assistencial ou de “tratamento” do agressor. (BRASIL, 2008).

As atividades a serem desenvolvidas devem possuir uma perspectiva feminista de gênero, contribuindo “para a conscientização dos agressores sobre a violência de gênero como uma violação dos direitos humanos das mulheres e para a responsabilização pela violência cometida.” (BRASIL, 2008, p. 66). Além disso, o grupo é importante para a desconstrução do papel de homem na sociedade, de padrões predominantes de gênero e masculinidade.

A partir dessa perspectiva, os Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor devem buscar o questionamento das relações de gênero que têm legitimado as desigualdades sociais e a violência contra as mulheres, por meio de atividades educativas, reflexivas e pedagógicas vinculadas à responsabilização dos agressores. (BRASIL, 2008, p. 67).

A lei reforça a implementação de políticas públicas de enfrentamento a este tipo de violência. O grupo então, cabe aqui como uma dessas estratégias de enfrentamento, propiciando reflexões acerca de papéis de gênero, discussões sobre violência, cultura do machismo no Brasil e a lei Maria da Penha.

METODOLOGIA

Este estudo refere-se ao relato de experiência de uma prática de estágio. Sendo assim, foram realizados dez encontros, totalizando três grupos, com cerca de dez a quinze participantes. A comarca de Giruá propõe cinco encontros por grupo: os quatro primeiros são efetuados com a estagiária e a psicóloga e o último se trata de um Círculo da Paz, referente à Justiça Restaurativa, com a assistente social.

A cartografia foi escolhida como método de intervenção se trata de uma abordagem ampla e subjetiva, sendo desenvolvida a partir de um paradigma ético-estético-político. Através do uso de dispositivos esquizoanalíticos, pode-se fazer uma intervenção considerável na clínica social-institucional.

Essa metodologia se trata de um ir a campo muito mais abrangente, sem a



necessidade de uma visão restrita ou universal de mundo. É a clínica psicossocial que vai percorrendo caminhos, que vai se produzindo através do andamento da intervenção. Sendo assim, não há regras nem objetivos pré-estabelecidos. (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a realização dos encontros reflexivos do grupo, utilizou-se a cartilha elaborada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o qual oferece um material com sugestões de técnicas variadas de dinâmicas grupais que possibilitam o processo de reflexão sobre diversos temas, como o diálogo como forma de resolução de conflitos (comunicação não-violenta), a cultura do machismo, a maneira que o patriarcado vem tomando conta da sociedade, questões de papéis de gênero, violência, lei Maria da Penha, etc. Para cada encontro, uma dinâmica diferente é sugerida. Portanto, cabe ao facilitador definir uma delas a ser trabalhada e aprofundada em cada momento.

Contudo, os encontros seguem uma flexibilidade e uma dinâmica própria, proporcionando que uma mesma temática seja discutida em outros momentos, conforme demanda do grupo, desde que exista tempo para isso. Entretanto, apesar da possibilidade de se abordar diferentes assuntos em um mesmo encontro, sempre atenta-se para o cumprimento do objetivo do dia. (SCOTT, 2018, p. 101).

Foram trabalhadas algumas dinâmicas iniciais como forma de descontração, para reflexão sobre empatia. Destacou-se a importância de se colocar no lugar do outro, ou ao menos se imaginar na mesma situação do outro. Outros temas abordados no grupo e que constam na cartilha do CNJ foram a cultura machista, – através da Corrida do Machismo – papéis de gênero, tipos de violência, Comunicação Não-Violenta e Lei Maria da Penha – com a apresentação de vídeos curtos retirados do documentário O Silêncio dos Homens (2019).

Inicialmente o grupo contou com um número significativo de participantes, alguns destes trouxeram contribuições importantes e compartilhamento de histórias vividas, permitindo-se o processo de reflexão.

Contudo, a partir dos encontros em que tratou-se do machismo, dos tipos de violência e da Comunicação Não-Violenta, alguns participantes negaram que agredem ou já agrediram suas companheiras, mostrando-se resistentes ao processo de desconstrução a



respeito desses temas.

As principais demandas surgidas são a dificuldade de manejo da expressividade da raiva, além do sentimento de injustiça perante a lei Maria da Penha, pois, conforme observado nos encontros realizados, alguns dos participantes dizem ter sido acusados sem motivo. A queixa preponderante surgida foi a de que não existe uma lei para proteger o homem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do Estágio de Práticas Sociais e Institucionais com o projeto de violência, foi possível realizar o Grupo Reflexivo de Gênero com homens acusados de violência doméstica sob a Lei Maria da Penha. Este produziu reflexões acerca de diversos assuntos relacionados com a violência e papéis de gênero, como masculinidades, impactos da cultura machista no cotidiano, formas saudáveis de expressar sentimentos (através da Comunicação Não-Violenta), conceitos sobre homem e mulher, paternidade, enfim.

Compreende-se assim a relevância da continuidade dessas práticas grupais, para que assim mais homens acusados de violência possam a oportunidade de realizar este processo de questionamento e reflexão a respeito dos conteúdos abordados, bem como a produção de um movimento de mudança que refletirá no modo de relacionar-se com o outro.

Palavras-chave: grupo reflexivo. cartografia. psicologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEIRAS, Adriano; NASCIMENTO, Marcos; INCROCCI, Caio. Programas de atenção a homens autores de violência contra as mulheres: um panorama das intervenções no Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 28, p. 262-274, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/nB7rdSM5H69JtBRz7NkjG6N/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

BRASIL. Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. Diretrizes gerais dos serviços de responsabilização e educação do agressor. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/secretaria-nacional-d-politicas-para-mulheres>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

O Silêncio dos Homens. Direção: Monstro Filmes. Produção: Papo de Homem. Youtube. 29 Ago. 2019. 1:00:13. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NRom49UVXCE>>.



Acesso em: 20 abr. 2022.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA. **Pistas do método da cartografia:** Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. 4ª Reimpressão. Porto Alegre: Sulina, 2015. pp. 76-91. Disponível em:

<<https://desarquivo.org/sites/default/files/virginia-kastrup-liliana-da-escossia-eduardo-passos-pistas-para-o-metodo-da-cartografia.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2022.

SCOTT, Juliano Beck. Grupos reflexivos com homens autores de violência doméstica contra a mulher: limites e potencialidades. 2018. Disponível em:

<https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/26621/1/Gruposreflexivoshomens_Scott_2018.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2022.